SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO MUNICÍPIO DE SOROCABA DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO - SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

EDITAL Nº 47/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2022

PREGÃO ELETRÔNICO DESTINADO À AQUISIÇÃO DE SERVIDORES E A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE SISTEMAS OPERACIONAIS MICROSOFT® WINDOWS SERVER 2019 STANDARD OU SUPERIORES EM NOVOS EQUIPAMENTOS, EM CONJUNTO COM A MIGRAÇÃO DOS ATUAIS SERVIDORES CONTROLADORES DE DOMÍNIO (PRINCIPAL E ESPELHO) DA VERSÃO MICROSOFT® WINDOWS SERVER 2008 R2 STANDARD PARA NOVOS SERVIDORES E CONFIGURAÇÃO DE NOVO CENÁRIO DO DOMÍNIO, PELO TIPO MENOR PREÇO, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8933/2019 – SAAE.

1. PREÂMBULO.

- 1.1. De conformidade com o disposto no Processo Administrativo nº 8933/2019 SAAE, o SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA por meio do Setor de Licitações e Contratos, torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberto o PREGÃO ELETRÔNICO № 34/2022 em epígrafe.
- **1.2.** A presente licitação é do tipo **menor preço**; processar-se-á de conformidade com o disposto na Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, Decreto Municipal nº 14.575 de 05/09/2005, Decreto Municipal nº 14.576 de 05/09/2005, Lei Municipal nº 9.449 de 22/12/2010, Decreto Municipal nº 19.533 de 29/09/2011, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar nº 147 de 07/08/2014, bem como das condições estabelecidas neste edital e nos anexos integrantes.
- 1.3. As propostas serão enviadas por meio eletrônico, através da Internet, do dia 15/08/2022 até o dia 30/08/2022, sendo que o acolhimento das propostas será até às 08:00 horas. A Sessão Pública ocorrerá no dia 30/08/2022, às 09:00 horas.
 - **1.3.1.** Este certame utiliza-se do aplicativo "**licitações-e**", do Portal Eletrônico do Banco do Brasil S/A, conforme convênio de cooperação técnica.
- **1.4.** A licitante vencedora deverá apresentar, no Setor de Licitação e Contratos do **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA**, no horário

Redigido por Priscila Gonçalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SL
realigned per rindenia deriganted de reneder ri zente de renede zir zente zi	2.102

das **08:00** às **16:00** horas, os documentos habilitatórios (item 8), bem como a proposta escrita (item 7.14.2), em envelope fechado e lacrado, consignando-se as expressões:

ENVELOPE DE HABILITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO № 34/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO № 8933/2019 - SAAE

Serviço Autônomo de Água e Esgoto - Departamento Administrativo. Avenida Comendador Camilo Júlio, nº 255, Jardim Ibiti do Paço, Sorocaba/SP, CEP 18.086-000.

Razão Social da Licitante, endereço, telefone e e-mail.

- 1.5. Comunicações poderão ser pelo telefone (15) 3224-5825, pelo portal do Sistema Eletrônico do Banco do Brasil www.licitacoes-e.com.br, pelo site desta Administração www.saaesorocaba.com.br pelo e-mail licitacao@saaesorocaba.sp.gov.br ou através de correspondência endereçada ao SAAE, ATENÇÃO DO SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS, no endereço constante no item 1.4 supra.
 - **1.5.1.** O **SAAE** não se responsabiliza por documentos enviados pelos Correios e não entregues em tempo hábil.
- **1.6. Anexos** que integram este edital:
 - Especificação do Objeto;
 - II. Termo de Referência:
 - III. Modelo de Carta Proposta;
 - IV. Minuta do Contrato:
 - V. Declaração de Inexistência de Empregado Menor no Quadro da Empresa;
 - VI. Declaração Lei Municipal nº 10.128/2012, Decreto Municipal nº 20.786/2013 e Decreto Municipal nº 20.903/2013;
 - VII. Termo de Ciência e de Notificação;
 - VIII. Declaração de Documentos à Disposição do Tribunal;
 - IX. Ordem de Serviço;
- 2. OBJETO.

Redigido por Priscila Gonçalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SL

- 2.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de servidores e a contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação e configuração de sistemas operacionais Microsoft® Windows Server 2019 Standard ou superiores em novos equipamentos, em conjunto com a migração dos atuais servidores controladores de domínio (principal e espelho) da versão Microsoft® Windows Server 2008 R2 Standard para novos servidores e configuração de novo cenário do domínio, por solicitação da Diretoria Administrativa e Financeira.
- **2.2.** Todas as obrigações e responsabilidade da licitante vencedora para a execução do objeto estão descritas no edital e seus e devem ser obedecidas integralmente sob pena das sanções previstas no item 9 e subitens.
- **2.3.** A licitante vencedora deverá assegurar a garantia do objeto licitado conforme especificado no item **3.2.3 do Termo de Referência Anexo II**, sem prejuízo das demais garantias legais, se houverem.
- **2.4.** A licitação será **dividida em lotes**, formados por um ou mais itens, conforme Anexo I facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
- 3. PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO.
 - 3.1 A licitante vencedora é obrigada a entregar e descarregar o objeto no Centro Operacional do SAAE Setor de Tecnologia da Informação, situado na Avenida Comendador Camilo Júlio, nº 255, Jardim Ibiti do Paço, Sorocaba/SP, das 08h às 15h.
 - **3.2** O prazo máximo para entrega será conforme segue:
 - 3.2.1 Lotes 01: no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento do Pedido de Compras totalmente firmado, entrega total do objeto.
 - 3.2.2 Lotes 02: no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da assinatura do Contrato, entrega do cronograma das atividades de instalação, configuração, migração, treinamento e demais atividades a serem executadas para implantação da solução.
 - 3.2.2.1 O cronograma de implantação da solução **não poderá se estender por mais de 3 (três) meses**, exceto por motivo de força maior e por conveniência do SAAE.
 - **3.2.2.2 Aprovado o cronograma de atividades**, após o recebimento do objeto do Lote 01, será emitida Ordem de

Serviço – Anexo IX, para início das atividades de implantação, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.

- 3.2.3 Correrá por conta da licitante vencedora todo e qualquer prejuízo causado ao objeto até o momento da entrega.
- 3.2.4 Os objetos serão considerados recebidos após a conferência e aprovação do fiscalizador do SAAE. Constatadas irregularidades nos objetos entregues, o SAAE, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:
 - 3.2.4.1 Rejeitá-los no todo ou em parte se não corresponderem às especificações do edital e seus anexos, determinando suas adequações que deverão ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, sendo de responsabilidade da licitante vencedora todas as despesas e riscos relativos à substituição.
- Poderão ser tolerados atrasos, motivado por força maior, caso fortuito ou 3.3 interferências imprevistas que retardem o cumprimento contratual, desde que tais eventos sejam devidamente anotados e justificados no processo e acolhidos pela Administração, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no item 9 e seus subitens.
- 3.4 Fiscalização: O SAAE designará o(a) senhor(a) do Departamento/Setor de CPF.:, e-mail: para representá-lo na qualidade de fiscalizador do pedido de compras/contrato. O fiscalizador poderá designar outros funcionários para auxiliá-lo no exercício da fiscalização.
 - 3.4.1 Se houver alteração do fiscalizador, o Setor responsável deverá comunicar o Setor de Licitação e Contratos, que formalizará a alteração por apostilamento.
- 3.5 Representação da Contratada: Deverá ser mantido um representante, como preposto e responsável pela execução do objeto, que prestará toda a assistência necessária, devendo comparecer ao SAAE sempre que determinado pela fiscalização.
 - Qualquer ocorrência ou anormalidade, que venha interferir na 3.5.1 execução do objeto, deverá ser comunicada ao SAAE imediatamente.
- 3.6 **Subcontratação:** o objeto deste certame não poderá ser subcontratado.
- RECEBIMENTO DO OBJETO.

Redigido por Priscila Gonçalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SL
Redidido doi Priscila Gondaives de Toledo P. Leite – Chele DA	DA/OL

4.1. **LOTE 01**:

- **4.1.1.** Recebimento Provisório: provisoriamente, pelo responsável por seu recebimento (no verso da nota fiscal), para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação.
- **4.1.2. Recebimento Definitivo:** definitivamente, pelo responsável por sua fiscalização, após a verificação da qualidade, quantidade o material e consequente aceitação.

4.2. LOTE 02:

- **4.2.1.** Quando os serviços estiverem concluídos, será emitido **Termo de Recebimento Provisório**, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da <u>comunicação escrita da licitante vencedora (contratada)</u>.
- **4.2.2.** O **Termo de Recebimento Definitivo** (assinado pelas partes) será emitido após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93.
 - **4.2.2.1.** O prazo de observação/vistoria será de **90 (noventa) dias**, contados do recebimento provisório.

5. PROPOSIÇÃO, REAJUSTE DE PREÇOS E PAGAMENTOS.

- **5.1.** Para a proposição de preços a licitante vencedora deverá considerar os serviços executados **OU** objetos entregues e descarregados conforme descriminados no edital e seus anexos.
 - 5.1.1. Será de responsabilidade exclusiva da licitante vencedora, todos os custos diretos e indiretos para a execução do objeto, inclusive os trabalhistas, bem ainda, os custos relacionados ao transporte dos materiais/equipamentos e carregamentos do local de partida até o local de destino.
- 5.2. Os preços serão fixos e irreajustáveis nos termos 2º da Lei Federal 10.192/2001.
- **5.3.** O pagamento será efetuado pelo **SAAE**, conforme estabelecido na Resolução nº 08/2015-**SAAE**, após a entrega do objeto/término da implantação, sendo:

- 5.3.1. Na sexta feira da primeira semana subsequente à do ato de conferência e aprovação da nota fiscal/fatura, concluído entre segunda e terça feira;
- **5.3.2.** Na sexta feira da **segunda semana** subsequente à do ato de conferência e aprovação da nota fiscal/fatura, concluído entre quarta e sexta feira:
- 5.4. A nota fiscal/fatura deverá ser conferida e aprovada pelo Departamento/Setor responsável no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da sua apresentação:
 - 5.4.1. A nota fiscal/fatura, será assinada e datada pelo(s) fiscal(is) e, na sua ausência, a liberação poderá ser realizada pelo chefe da área solicitante:
 - 5.4.2. Se forem constatados erros no documento fiscal, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado, a partir da apresentação do documento corrigido.
- O prazo de pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, contado a partir 5.5. da data final do período de adimplemento de cada parcela.
 - 5.5.1. Em caso de inobservância quanto ao critério de pagamento, o SAAE suportará a incidência, sobre o valor da nota fiscal eletrônica, da variação do "Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM", acumulado entre a data da exigibilidade e a data de seu efetivo pagamento.
 - A licitante vencedora não poderá suspender o cumprimento de suas 5.5.2. obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento, de acordo com o artigo 78, inciso XV, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 5.6. A nota fiscal deverá ser encaminhada ao fiscalizador e para o e-mail contratos@saaesorocaba.sp.gov.br.
- CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO. 6.
 - 6.1. As licitantes interessadas em participar desta licitação devem atender a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos, e devem ter objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.
 - 6.2. **<u>Ficam impedidas</u>** de participar aquelas que:
 - 6.2.1. Tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública;

- 6.2.2. Estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a esta Administração Municipal, direta e indireta, nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02;
- **6.2.3.** Estejam em regime de falência, nos termos da Lei nº 11.101/2005, artigo 52, Inciso II;
- **6.2.4.** Incorram nas condições impeditivas previstas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações;
- **6.2.5.** Tenham sócios, responsável técnico ou integrante da equipe técnica, que sejam funcionários do SAAE;
- **6.2.6.** Tenham responsável técnico ou integrante das equipes técnicas pertencente à outra empresa que esteja participando da mesma licitação;
- **6.2.7.** Enquadradas nas vedações previstas na Lei Municipal nº 10.128 de 2012, regulamentada pelos Decretos Municipais nº 20.786 de 2013 e nº 20.903 de 2013.
- **6.2.8.** Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.
- 6.3. Será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 6.3.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis);
 - 6.3.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - **6.3.3.** Lista de Apenados, mantida pelo Tribunal do Estado de São Paulo (https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apenados);
- 6.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992 e Lei Municipal nº 10.128 de 2012, regulamentada pelos Decretos Municipais nº 20.786 de 2013 e nº 20.903 de 2013, que prevê, dentre as

edigido por Priscila Goncalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SI

7

sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.5. Constatada a existência de impedimento (item 6.2) e/ou sanções (item 6.3) a licitante será inabilitada por falta de condição de participação.

7. PROCEDIMENTOS.

- **7.1.** Este Pregão Eletrônico será realizado em Sessão Pública, por meio da Internet, com as condições de segurança criptografia e autenticação, em todas as suas fases.
- 7.2. Os trabalhos serão conduzidos por Pregoeiro e Equipe de Apoio indicados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba, operadores do sistema do Pregão Eletrônico.
- **7.3.** Para participar do Pregão Eletrônico a licitante deverá:
 - **7.3.1.** Dispor de chave de identificação, senha pessoal e intransferível, obtida junto às Agências do Banco do Brasil S/A, sediados no País.
 - **7.3.2.** Credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema.
 - **7.3.3.** Apresentar em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da licitante, cópia do respectivo estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações.
 - **7.3.4.** Ter a sua chave de identificação e a senha válidas.
 - **7.3.5.** Responder exclusivamente pelo sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S/A e ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.
 - **7.3.6.** Responder legalmente por seu credenciamento e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico, bem como quanto aos atos praticados e sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

Redigido por Priscila Gonçalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SL

- **7.3.7.** Digitar senha pessoal e intransferível do representante credenciado e encaminhar a proposta de preços, na data e horário limite estabelecidos.
- **7.3.8.** Reconhecer que ao encaminhar sua proposta está de acordo e atende às exigências de habilitação previstas neste edital.
- **7.3.9.** Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da não observância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.4. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07/08/2014, para usufruir dos benefícios previstos no Capítulo V da referida Lei, é necessário que a licitante, à época do credenciamento no Banco do Brasil, acrescente as expressões "ME" ou "EPP" à sua firma ou denominação, conforme o caso.
 - 7.4.1. Caso a licitante já esteja cadastrada no Sistema e <u>não constem</u> os dados acima em sua firma ou denominação, deverá providenciar a alteração de seu cadastro no Sistema.
- **7.5.** As propostas serão recebidas até o horário pré-estabelecido e o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA** fará a divulgação dos preços propostos, cabendo ao Pregoeiro avaliar a aceitabilidade dos mesmos.
- **7.6.** Para efetuar seus lances, as licitantes deverão estar conectadas ao sistema para dar início à etapa competitiva. A cada lance ofertado a licitante será imediatamente informada do seu recebimento, ficando registrado o horário e valor.
- **7.7.** Somente serão aceitos lances de valores inferiores ao valor do último lance registrado no sistema.
- **7.8.** Se ocorrer 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- **7.9.** As licitantes serão informadas, em tempo real, o valor do menor lance registrado. As demais licitantes não saberão quem é o autor do lance.
 - 7.9.1. Durante a sessão pública de disputa de preços, o Pregoeiro poderá, a seu critério <u>quando da existência de mais de 01 (um)</u>
 <u>lote</u> adotar a disputa de <u>LOTES SIMULTÂNEOS</u> na sala de disputa (multilotes/multisalas), quando poderão ser realizados,

numa única sessão de disputa, vários lotes de forma simultânea até o limite de 10 (dez) lotes.

- **7.10.** Se no decorrer da etapa competitiva houver a desconexão com o Pregoeiro, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos.
 - **7.10.1.** Se a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa às licitantes, através de mensagem eletrônica, divulgando data e hora da reabertura da sessão.
- **7.11.** O término da fase inicial de lances será informado por mensagem emitida pelo sistema e encerramento da disputa do objeto ocorrerá, **automática** e **aleatoriamente**, após o decurso do tempo de até 30 (trinta) minutos.
 - 7.11.1. Após o encerramento da disputa, o Pregoeiro poderá solicitar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço ainda melhor, quando decidirá pela sua aceitação.
- **7.12.** Após o encerramento dos lances ou depois da negociação, quando for o caso, a licitante de menor preço será imediatamente informada da decisão do Pregoeiro de aceitar o lance de menor valor.
- 7.13. As licitantes que registrarem proposta no sistema, mas deixarem de ofertar lances, após o encerramento da disputa, poderão ter suas propostas analisadas pelo Pregoeiro para averiguar a conformidade com edital e seus anexos.
- **7.14.** A **PROPOSTA** deverá obedecer aos seguintes critérios:

7.14.1. Proposta Eletrônica.

- 7.14.1.1. A licitante, ao registrar sua PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO, deverá, obrigatoriamente, especificar no campo de "VALOR TOTAL POR LOTE" o preço em real (CIF), considerando todas as despesas decorrentes do fornecimento, como frete, embalagens, impostos e outros que porventura possam ocorrer.
- **7.14.1.2.** A proposta deverá atender o disposto no item 10, bem como as condições apresentadas no item 5.

Redigido por Priscila Gonçalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SL

7.14.1.3. A licitante, ao incluir sua proposta, informações adicionais ou anexo, não poderá identificar-se, sob pena de desclassificação.

7.14.2. Proposta Escrita.

- 7.14.2.1. Após o encerramento da sessão pública no sistema do Banco do Brasil, a licitante arrematante deverá apresentar a proposta por escrito, em impresso próprio (papel timbrado), especificando os valores unitários, totais e a marcas dos itens arrematados, observando o Modelo de Carta Proposta - Anexo III.
- **7.14.2.2.** A proposta deverá ser apresentada juntamente com os documentos habilitatórios, conforme prazo estabelecido no subitem 7.15.
- **7.14.2.3.** Deverá ser apresentado comprovante de Enquadramento de ME ou EPP, se for o caso.
- **7.14.2.4.** A proposta de preço deverá conter as seguintes informações:
 - a) Razão social e endereço completo da empresa (CNPJ do faturamento);
 - **b)** Data e assinatura do representante legal da empresa (não podendo ser assinatura digital);
 - c) Indicação com qualificação de quem assinará o contrato/pedido de compras, nos termos do exercício da administração constituídos na habilitação jurídica, informando CPF, RG, e-mail institucional, e-mail pessoal, data de nascimento, endereço residencial, telefone e cargo, na hipótese de adjudicação;
 - d) Indicação do preposto, conforme subitem 3.5;
 - e) Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação;
 - f) Telefone, endereço completo e e-mail para envio de correspondência;

Redigido por Priscila Gonçalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SL

- **g)** Agência bancária e nº da conta corrente para pagamento.
- O preço unitário (CIF), já inclusas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do fornecimento, como frete, embalagens, impostos e outros que porventura possam ocorrer;

7.15. ENVIO e ANÁLISE da documentação de habilitação e da proposta:

- **7.15.1.** A licitante que apresentar a melhor oferta deverá encaminhar, via email <u>catiatardelli@saaesorocaba.sp.gov.br</u>, a proposta/documentação relacionada nos itens 7.14.2 e 8, IMEDIATAMENTE após o encerramento da sessão.
 - **7.15.1.1.** Constatado o atendimento das condições e exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora.
 - 7.15.1.2. Caso a licitante não atenda às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, solicitando a apresentação da proposta/documentação via e-mail, na ordem de classificação até a apuração de proposta/documentos que atendam este edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.
- 7.15.2. Posteriormente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da solicitação do Pregoeiro, deverá ser encaminhado ao endereço mencionado no subitem 1.4, a proposta escrita (subitem 7.14.2) ajustada ao final das negociações, bem como os documentos de habilitação (item 8) originais e/ou autenticados.
 - 7.15.2.1. A proposta e as declarações deverão estar assinadas pelo detentor de representatividade da licitante.
 - 7.15.2.2. Em caráter excepcional, a critério exclusivo desta Administração, o envio e análise da documentação de habilitação e da proposta poderão ser feitos unicamente por e-mail. Não obstante, toda a documentação original/autenticada poderá ser exigida de forma física até o encerramento do contrato.
- 7.16. O JULGAMENTO da presente licitação será efetuado pelo "menor preço por item"; a classificação se dará pela ordem crescente dos preços propostos em ambos os lotes.

Redigido por Priscila Gonçalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SL

- 7.17. Se a proposta e/ou lance de menor valor estiver(em) em desacordo, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Esse procedimento se repetirá sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda às exigências deste edital.
- **7.18.** Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme previsto na Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07/08/2014.
 - 7.18.1. A identificação da licitante como Microempresa ME ou Empresa de Pequeno Porte EPP deverá ser feita na forma do subitem 7.4 deste edital.
- **7.19.** Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço.
- **7.20.** Para efeito do disposto no subitem 7.18 deste edital, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
 - 7.20.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta, a qual deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito. Caso ofereça proposta inferior à melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame;
 - 7.20.2. Não ocorrendo interesse da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem 7.20.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.19, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito:
 - 7.20.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.19 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.
- **7.21.** Se não houver convocação automática pelo sistema o pregoeiro o fará através do "chat de mensagens".

Redigido por Priscila Gonçalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SL

- **7.21.1.** A partir da convocação pelo "chat de mensagens" a empresa enquadrada terá o prazo de **24 (vinte e quatro) horas** para oferecer proposta inferior a então melhor classificada, sob pena de preclusão de seu direito.
- **7.22.** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 8.18, voltará à condição de primeira classificada, a empresa autora da proposta de menor preço originalmente apresentada.
- **7.23.** O disposto no subitem 7.18 somente será aplicado quando a proposta de menor preço não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- **7.24.** Encerrada a etapa de lances, permanecendo igualdade de valores das propostas registradas no sistema, ainda que as licitantes não tenham ofertado lances, será considerada vencedora a aquela que primeiro registrar sua proposta.
- 7.25. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua INTENÇÃO DE RECORRER, quando lhe será concedido prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
 - 7.25.1. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, importará na preclusão desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.
- **7.26.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, será adjudicado o objeto à licitante vencedora do certame.
- **7.27.** Dar-se-á conhecimento às interessadas da decisão dos recursos por intermédio de comunicação por e-mail ou outra maneira formal.
- **7.28.** Os atos do procedimento e as circunstâncias relevantes serão registrados em ata e publicados pelo sistema.
- 8. HABILITAÇÃO.
 - 8.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 28 da Lei Geral), conforme o caso:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores:
- c) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- d) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, OU declaração, sob as penas da Lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, OU pela adesão da empresa ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas ME ou EPP Simples Nacional (disciplinado no Capítulo IV da Lei Complementar nº 123/06);
- e) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- f) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- g) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- **8.1.1.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (art. 29 da Lei Geral):

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (Lote 01 e 02) e/ou Municipal (Lote 02) relativo ao domicílio ou sede do licitante,

Redigido por Priscila Gonçalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SL

- pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame;
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
 - c1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive contribuição social, expedida pela Secretaria da Receita Federal; (Lote 01 e 02).
 - c2) Certidão de Regularidade de ICMS Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda <u>E</u> Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Tributários expedidas pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. (Lote 01 e 02).
 - c3) Certidão Negativa de Débitos Mobiliários ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Mobiliários, expedida pela Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante; (Lote 02).
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS:
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da certidão negativa (CNDT-EN).
- f) A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito da assinatura do contrato/pedido de compra. No entanto, toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal deve ser apresentada, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

Redigido por Priscila Goncalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SL

- f2) A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, **implicará na preclusão do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.
- f3) A participação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei

8.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 30 da Lei Geral):

- a) Qualificação Técnica Operacional LOTE 02.
 - Atestado(s) em nome da licitante, fornecidos(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços de administração de Active Directory, de instalação e gerenciamento de Controlador de Domínio e de suporte técnico, equivalente ou superior a 50% (cinquenta por cento), similar e compatível com o objeto desta licitação, devendo constar quantidade, prazos de fornecimento e especificações do mesmo (Súmula 24 do TCESP e art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93).
 - **a3)** É permitido o somatório de atestados que comprovem o atendimento do percentual acima estabelecido.
- **8.3.1.** O(s) atestados(s)/certidão(ões) deverá(ão) ser apresentados em papel timbrado, no original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação.
- **8.3.2.** O(s) atestados(s)/certidão(ões) que não estejam em nome da licitante somente serão aceitos nos casos de cisão, fusão e incorporação da pessoa jurídica, bem como na hipótese da constituição de subsidiária integral nos termos dos arts.251 e 252 da Lei nº11.101/05, em que esteja comprovada, inequívoca e documentalmente, a transferência definitiva, para si, do acervo técnico.
- b) Visita Técnica OBRIGATÓRIA (LOTE 2).
 - **c1)** Declaração de visita obrigatória fornecida pelo SAAE Sorocaba.
 - c1.1) Para obtenção da declaração de visita, a licitante interessada em participar do presente certame deverá visitar o local dos serviços a fim de tomar conhecimento das condições do entorno do mesmo para a perfeita execução do objeto. Deverá ser proposto através do e-mail roselidomingues@saaesorocaba.sp.gov.br, dia e horário

Redigido por Priscila Gonçalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SL
Redigido por Friscila Goriçaives de Toledo F. Leite – Chele DA	DA/3L

para realização da visita com informações cadastrais da empresa e representante por ela credenciado.

- c1.2) No dia agendado o representante credenciado deverá se apresentar no Departamento Administrativo do SAAE, no endereço constante no item 1.4, munido de documento oficial com foto e comprovação dos poderes de representação da licitante interessada. Após sua identificação, acompanhado por um representante do SAAE, será apresentado o local onde os serviços serão executados.
- **c1.3)** A visita técnica poderá ser efetuada até o último dia útil anterior à data da abertura das propostas.

8.4. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA** (art. 31 da Lei Geral):

- a) Fazer prova de possuir capital social registrado <u>ou</u> patrimônio líquido não inferior a 8% (oito por cento) do valor estimado, comprovado através da apresentação da cópia do Certificado de Registro Cadastral, Contrato Social ou alteração contratual devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou apresentação do balanço.
 - a1) Se a opção da licitante for pela comprovação do patrimônio líquido deverá ser apresentado o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.
 - **a1.1)** O balanço patrimonial e demonstrações contábeis serão aceitos, na forma da Lei, quando apresentados por meio de:
 - Publicação em Diário Oficial; ou
 - Publicação em Jornal; ou
 - Cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.
 - Comprovação por Sped.

Padigido por Priscila Concalvas de Tolado P. Leite. Chafa DA	DA/QI

- **b)** Certidão Negativa de Falência, insolvência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da licitante pessoa jurídica ou empresário individual.
 - b1) Nos casos de Recuperação Judicial e Extrajudicial, serão aceitas certidões positivas, com demonstração do plano de recuperação, já homologado pelo juízo competente em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira.

8.5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

- a) Declaração de que não existem no quadro de funcionários da empresa, menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou ainda, empregado com idade inferior a 16 (dezesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme Anexo V.
- **b)** A licitante vencedora deve comprovar sua condição de revenda autorizada da Microsoft, apta a fornecer para empresas governamentais.
- 8.6. Comprovação dos poderes de representação através da apresentação de procuração que designe expressamente seu representante para assinatura de declarações, carta proposta e demais atos pertinentes ao certame.
- **8.7.** Na hipótese de não constar prazo de validade das certidões apresentadas, este **SAAE** aceitará como válidas as expedidas até **180 (cento e oitenta) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação dos envelopes.
- **8.8.** Os documentos necessários à habilitação mencionados acima poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por Servidor da Administração ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, nos termos do artigo 32 da Lei Federal nº 8.666/93.
- **8.9.** Os documentos que puderem ter sua autenticidade confirmada através da Internet estarão dispensados de autenticação.
- 8.10. Se a licitante estiver credenciada com o CNPJ-MF da matriz, todos os documentos habilitatórios deverão ser apresentados com o CNPJ-MF da matriz, ou se estiver credenciada com o CNPJ-MF da filial, todos os documentos habilitatórios deverão ser apresentados com o CNPJ-MF da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Redigido por Priscila Gonçalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SL

- 8.11. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
 - 8.11.1. Caso a licitante pretenda cumprir o objeto do certame por pessoa jurídica distinta da credenciada, considerando exclusivamente matriz e filial, deverá apresentar regularidade fiscal e trabalhista de ambas, bem como indicar essa condição através declaração/informação apresentada juntamente os documentos habilitatórios/proposta.
- 8.12. Será inabilitada a licitante, que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no item 8 e seus subitens, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- OBS.: Solicitamos às licitantes, para facilitar a análise e julgamento dos documentos, que estes sejam apresentados na ordem enumerada no item 8 - "HABILITAÇÃO" e seus subitens, devidamente numerados e reunidos com presilha para facilitar a juntada no processo.

SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO. 9.

- 9.1. Pelo inadimplemento de qualquer cláusula ou simples condição do edital e/ou do contrato/pedido de compras a ser firmado ou pelo descumprimento parcial ou total do mesmo, as partes ficarão sujeitas às sanções e consequências legais previstas no art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, em especial:
 - Advertência, a critério do SAAE, nos casos de descumprimento das 9.1.1. condições de execução pela CONTRATADA, quando não couber as sanções pecuniárias.
 - 9.1.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta, no caso da recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato/pedido de compras, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no subitem 10.1;
 - 9.1.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta, caso a licitante não a mantenha ou deixe de encaminhá-la nos prazos estabelecido no subitem 7.15, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas.
 - 9.1.4. O não cumprimento dos prazos estabelecidos para a execução contratual conforme estabelecido no edital e seus anexos, acarretará à CONTRATADA a multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do(s) item(ns) em desconformidade, por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), ao fim dos quais, se a execução não

Redigido por Priscila Gonçalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SL

- estiver regularizada, o contrato/pedido de compra poderá, a critério do **SAAE**, ser rescindido;
- 9.1.5. Multa de 1% (um por cento), sobre o valor total da nota fiscal eletrônica, por dia de paralisação dos serviços, sem motivo justificado, até o limite de 10% (dez por cento); ao fim dos quais, se os serviços não forem reiniciados pela CONTRATADA, o contrato/pedido de compra poderá, a critério do SAAE, ser rescindido.
- 9.1.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato/pedido de compra, se os serviços forem executados por intermédio de terceiros;
- 9.1.7. Multa de 1% (um por cento) do valor total do contrato/pedido de compra, por dia, até o limite de 10% (dez por cento), pelo descumprimento a qualquer cláusula;
- **9.1.8.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato/pedido de compra, em caso de **rescisão contratual** por inadimplência da **CONTRATADA**.
- 9.1.9. A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará IMPEDIDA DE LICITAR E CONTRATAR pelo prazo de até 05 (cinco) anos, com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4 da Lei Federal 10.520/02, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais (Art.7º, Lei Federal 10.520/02).
- **9.2.** A aplicação de qualquer penalidade prevista no presente instrumento não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.
- **9.3.** Os casos de rescisão, se eventualmente ocorrerem, serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10. PRAZO E VIGÊNCIA CONTRATUAL.

10.1. Homologado o julgamento e adjudicado o objeto deste Pregão Eletrônico, o **SAAE** convocará a licitante vencedora para que, no prazo de **05 (cinco) dias**

úteis, compareça para assinar o contrato/pedido de compras, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, em caso de situação justificável e aceita pelo SAAE, devendo ainda, no mesmo prazo, apresentar os seguintes documentos:

- **10.1.1.** Documento comprobatório dos poderes de representação.
- **10.1.2.** Declaração de cumprimento ao exigido no artigo 1º da Lei Municipal nº 10.128, de 30 de Maio de 2012, regulamentada pelo Decreto Municipal 20.786/2013 e alterada pelo Decreto Municipal 20.903/2013, conforme Anexo VI.
- 10.2. Caso a licitante convocada não compareça para assinar o disposto no subitem 10.1, fica facultado ao SAAE convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, podendo ser negociada a obtenção do menor preço, verificando-se a aceitabilidade da proposta e o cumprimento das exigências habilitatórias ou revogar o processo licitatório, observando o interesse público.
- **10.3.** A vigência do **pedido de compra** será de **90 (noventa) dias corridos** e do **contrato** será de **06 (seis) meses**, ambos contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado a critério das partes, nos limites legais permitidos no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.
- **10.4.** O contrato/pedido de compra poderá, a qualquer tempo, ser alterado, com as devidas justificativas, respeitados os limites legais.

11. RECURSO FINANCEIRO.

11.1. A despesa decorrente desta licitação será atendida através das dotações orçamentárias alocadas ao SAAE, apontando-se para esse fim, no corrente exercício financeiro, conforme rubrica orçamentária nº 23.02.00 3.3.90.30 17 512 5005 2165 04, 23.02.00 3.3.90.39 17 512 5005 2165 04 e 23.02.00 3.3.90.52 17 512 5005 2165 04.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS E ESCLARECIMENTOS.

- 12.1. A licitação será processada e julgada pelo Pregoeiro do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA.
- **12.2.** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, **até 02 (dois) dias uteis** que anteceder a data fixada para abertura da sessão pública, através do e-mail: licitacao@saaesorocaba.sp.gov.br.

Redigido por Priscila Gonçalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SL

- **12.3.** O **SAAE** poderá, a qualquer tempo, adiar, revogar, total ou parcialmente, ou mesmo anular o presente Pregão Eletrônico, sem que disso decorra qualquer direito de indenização ou ressarcimento para as licitantes, seja de que natureza for, nos termos do Artigo 49, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.
- **12.4.** Durante a fase de preparação das propostas, as licitantes interessadas que tenham tomado conhecimento do edital, poderão fazer, eletronicamente, impugnações, que serão recebidas em **até 02 (dois) dias úteis** que antecederem a data final de acolhimento das propostas.
- 12.5. A apresentação da proposta na licitação será considerada como evidência de que a licitante:
 - **12.5.1.** Examinou criteriosamente todos os termos e anexos do edital, que os comparou entre si e obteve do Pregoeiro informações sobre qualquer parte duvidosa, antes de apresentá-la.
 - **12.5.2.** Considerou que os elementos desta licitação lhe permitem a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.
- **12.6.** A participação neste Pregão Eletrônico implica no conhecimento e submissão a todas as cláusulas e condições deste edital, bem como de todos os seus anexos.
- **12.7.** O custo estimado encontra-se disponível no Setor de Licitação e Contratos, que poderá ser solicitado pelo e-mail licitação @saaesorocaba.sp.gov.br.

Sorocaba, 15 de agosto de 2022.

TIAGO SUCKOW DA SILVA CAMARGO GUIMARÃES DIRETOR GERAL

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

	LOTE 01							
Item	Qtde.	Unid.	Unid. Especificação do objeto					
01	02	UND.	SERVIDORES DE RACK PADRÃO DE 19" Especificação: Equipamentos para montagem em rack padrão de 19" EIA/TIA de 1U Processador com no mínimo 4 (quatro) núcleos e frequência mínima de 3,0 GHz 8 (oito) GB de memória RAM, tecnologia DDR4 ou superior, expansível para no mínimo 16 GB (dezesseis gigabytes) 2 (dois) slots de expansão PCIe 5 (cinco) HD SATA de 1TB (um terabyte) com tamanho de 2,5" e 7200 RPM, hot-swap Capacidade de gerenciar RAID 6 ou superior 2 (duas) interfaces de rede padrão Ethernet de 1 Gb Fontes de alimentação redundantes, hot-swap e com capacidade de acordo com a demanda do equipamento como se estivesse em sua expansão no máximo Hardware compatível com sistema operacional Microsoft(R) Windows Server(R) 2019 ou superior.					

LOTE 02					
Item Qtde. Unid. Especificação do objeto					
01	02	UND	Microsoft® Windows Server 2019 Standard ou superior		
02	01	SERV	Serviço de instalação e configuração dos sistemas operacionais nos novos servidores do Lote 01; migração dos atuais servidores controladores de domínio (principal e espelho) da versão Windows Server 2008 R2 Standard para novos servidores e configuração de novo cenário do domínio.		

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente Termo de Referência visa a aquisição de servidores e a contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação e configuração de sistemas operacionais Microsoft® Windows Server 2019 Standard ou superiores em novos equipamentos, em conjunto com a migração dos atuais servidores controladores de domínio (principal e espelho) da versão Microsoft® Windows Server 2008 R2 Standard para novos servidores e configuração de novo cenário do domínio.

2. QUANTIDADE

LOTE 01

02 (dois) servidores de rack padrão de 19".

LOTE 02

02 (dois) Microsoft® Windows Server 2019 Standard ou superior. O benefício do Software Assurance é opcional.

01 (um) serviço de instalação e configuração dos sistemas operacionais nos novos servidores do Lote 01; migração dos atuais servidores controladores de domínio (principal e espelho) da versão Windows Server 2008 R2 Standard para novos servidores e configuração de novo cenário do domínio.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. INTERDEPENDÊNCIA DOS LOTES

- **3.1.1.** Os lotes são interdependentes, ou seja, ambos separadamente não podem subsistir, sendo que o LOTE 01 é base para a execução do objeto do LOTE 02;
- **3.1.2.** A Ordem de Serviço referente ao LOTE 02 somente será emitida após o efetivo recebimento do objeto do LOTE 01.

3.2. LOTE 01

- **3.2.1.** Equipamentos para montagem em rack padrão de 19" EIA/TIA de 1U.
- **3.2.2.** O hardware deve ter, no mínimo, a seguinte especificação:

- **3.2.2.1.** Processador com, no mínimo, 4 (quatro) núcleos e frequência mínima de 2,2 GHz.
- **3.2.2.2.** 8 (oito) GB de memória RAM, tecnologia DDR4 ou superior, expansível para, no mínimo, 16 GB (dezesseis gigabytes).
- **3.2.2.3.** 1 (um) slots de expansão PCIe.
- **3.2.2.4.** 5 (cinco) HD SATA de 1 TB (um terabyte) com tamanho de 2,5" e 7200 RPM, hot-swap.
- **3.2.2.5.** Capacidade de gerenciar RAID 6 ou superior.
- **3.2.2.6.** 2 (duas) interfaces de rede padrão Ethernet de 1 Gb.
- **3.2.2.7.** Fontes de alimentação redundantes, hot-swap e com capacidade de acordo com a demanda do equipamento como se estivesse em sua expansão no máximo.
- **3.2.2.8.** Hardware compatível com sistema operacional Microsoft® Windows Server® 2019 ou superior.

3.2.3. GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO

- **3.2.3.1.** A CONTRATADA deve fornecer suporte on-site.
- **3.2.3.2.** A duração da garantia e do suporte é de 36 (trinta e seis) meses após a assinatura do contrato.
- 3.2.3.3. A garantia, mão de obra e assistência técnica no local podem ser pelo fabricante ou através de sua assistência técnica conveniada, ou ainda pela CONTRATADA, desde que autorizado e comprovado através de declaração emitida pelo fabricante.

3.3. LOTE 02

3.3.1. VISITA TÉCNICA

3.3.1.1. As licitantes interessadas devem agendar visita técnica junto ao Setor de Tecnologia da Informação para conhecer o cenário atual e o cenário desejado da CONTRATANTE e assim definir o plano de migração a ser apresentado junto com o cronograma de implantação, em momento oportuno.

3.3.2. MIGRAÇÃO

- **3.3.2.1.** A CONTRATADA deve traçar a estratégia de migração e eventual rollback da operação em caso de falha.
- **3.3.2.2.** Todos os aplicativos, objetos, recursos e papéis do Active Directory atual devem ser migrados, sem perdas:
 - **3.3.2.2.1.** Primary Domain Controller (PDC).
 - **3.3.2.2.2.** Relative Identifier (RID) Master.
 - **3.3.2.2.3.** Infraestructure Master.
 - **3.3.2.2.4.** Domain Naming Master.
 - **3.3.2.2.5.** Schema Master.
 - **3.3.2.2.6.** Objetos de Política de Grupo (GPO).
 - **3.3.2.2.7.** Scripts de logon.
 - **3.3.2.2.8.** Unidades organizacionais e containers.
 - **3.3.2.2.9.** Usuários e Grupos.
 - **3.3.2.2.10.** Privilégios de acesso dos usuários e grupos aos recursos de rede.
 - 3.3.2.2.11. Domain Name Server (DNS).
 - **3.3.2.2.12.** Domínios e relações de confiança.
 - 3.3.2.2.13. Demais elementos armazenados no AD.

3.3.3. NOVO CENÁRIO

- 3.3.3.1. A CONTRATADA deverá promover os novos servidores ao papel de controladores de domínio principal e espelho, assumindo integralmente as funções dos antigos servidores.
- **3.3.3.2.** A CONTRATADA deve planejar e configurar o servidor DHCP contemplando as diretrizes que serão levantadas na visita técnica e deve configurar os novos servidores

com os escopos corretos, habilitá-los, testá-los e homologá-los.

- 3.3.3.3. A CONTRATADA deverá auditar o novo cenário por completo a fim de verificar se as regras de configuração e de segurança tanto as herdadas quanto as recémimplantadas estão de acordo com as boas práticas do mercado.
- **3.3.3.4.** Propor e implantar novas configurações de acordo com os resultados da auditoria do cenário.
- **3.3.3.5.** Treinar, presencialmente, nas dependências do SAAE, a equipe do Setor de Tecnologia da Informação nas novas configurações e/ou novas abordagens a serem aplicadas às atividades da rede.
- **3.3.3.6.** As despesas decorrentes do treinamento serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

3.3.4. OPERAÇÃO ASSISTIDA

- **3.3.4.1.** A CONTRATADA deverá oferecer operação assistida do ambiente pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias após finalizar a implantação e migração.
- **3.3.4.2.** O serviço de operação assistida pode ser realizado remotamente.

3.3.5. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

3.3.5.1. A licitante vencedora deverá apresentar atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços de administração de Active Directory, de instalação e gerenciamento de Controlador de Domínio e de suporte técnico, de forma satisfatória, pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência.

4. PRAZOS E CRITÉRIOS DE EXECUÇÃO

4.1. LOTE 01

4.1.1. Os equipamentos deverão ser entregues ao SAAE Sorocaba no prazo de **60 (sessenta) dias corridos**, a partir do recebimento, pela CONTRATADA, do pedido de compra.

- **4.1.2.** Recebimento Provisório: provisoriamente, pelo responsável por seu recebimento (no verso da nota fiscal), para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação.
- **4.1.3.** Recebimento Definitivo: definitivamente, pelo responsável por sua fiscalização, após a verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

4.2. LOTE 02

- 4.2.1. A CONTRATADA deverá submeter à aprovação da equipe técnica de TI do SAAE, em até 30 (trinta) dias após a data de assinatura do contrato, o cronograma que deverá contemplar as atividades de instalação, configuração, migração, treinamento e demais atividades a serem executadas para a implantação da solução conforme as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.
- **4.2.2.** O cronograma de implantação da solução <u>não poderá se estender</u> <u>por mais de 3 (três) meses</u>, exceto por motivo de força maior e por conveniência do SAAE.
- **4.2.3.** Após o término da implantação, a CONTRATADA deverá produzir e entregar à equipe de TI toda a documentação que descreva todas as etapas do projeto, com diagramas, mapas, gráficos e demais elementos que deem fomento à equipe técnica sobre a configuração do ambiente.

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. Menor preço por item.

6. OBRIGAÇÕES DO SAAE

- **6.1.** A CONTRATANTE ficará obrigada a:
 - **6.1.1.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA nos prazos avençados.
 - **6.1.2.** Notificar a CONTRATADA em relação a qualquer irregularidade observada na execução dos serviços.
 - **6.1.3.** Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.
 - **6.1.4.** Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução.

Redigido por Priscila Gonçalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SL

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **7.1.** Executar os serviços contratados com fiel observância das especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo SAAE.
- **7.2.** Efetuar a transferência de propriedade das licenças dos sistemas operacionais para o SAAE.
- **7.3.** Indicar um responsável como preposto, que prestará toda a assistência necessária, devendo comparecer ao SAAE sempre que determinado pela fiscalização.
- **7.4.** Comunicar ao SAAE, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir na execução dos serviços.
- 7.5. Oferecer garantia e suporte on-site para o objeto do LOTE 01 pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses após a assinatura do contrato.
- **7.6.** Prestar operação assistida para o **LOTE 02** pelo prazo de **60 (sessenta) dias** após a implantação e migração.

8. SUBCONTRATAÇÃO

8.1. O objeto desse contrato não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, no todo ou em parte, em especial o lote 2, porque é premissa a apresentação de atestado de capacidade técnica que garanta a administração, instalação, gerenciamento e suporte técnico por parte da licitante vencedora, sendo as atividades por ela executadas interdependentes e indivisíveis.

9. LOCAL DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS E EXECUÇÃO DO SERVIÇO UNIDADE CENTRO OPERACIONAL

Avenida Comendador Camilo Júlio, nº 255 - Jardim Ibiti do Paço – Sorocaba/SP.

Horário das 8:00 às 15:00.

10. SIGILO

10.1. A CONTRATADA obriga-se, durante o curso do Contrato e após o seu término, a preservar o mais completo e absoluto sigilo com relação a toda informação de qualquer natureza, das quais venha a ter conhecimento ou às quais venha a ter acesso por força do cumprimento do presente Contrato, não podendo sob qualquer pretexto, utilizá-las para si, invocar, revelar, reproduzir ou delas dar

conhecimento a terceiros, responsabilizando-se em caso de descumprimento da obrigação assumida por eventuais perdas e danos e sujeitando-se às cominações legais.

11. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- **11.1.** O SAAE designará o Chefe do Departamento Administrativo, para representálo na qualidade de fiscalizador do contrato.
- **11.2.** O fiscalizador poderá designar outros funcionários para auxiliá-lo no exercício da fiscalização.
- **11.3.** Se houver alteração do fiscalizador, o Setor responsável deverá comunicar o Setor de Licitação e Contratos.
 - **11.3.1.** A alteração será formalizada por apostilamento.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

12.1.	A garantia e o suporte técnico de hardware (LOTE 01) podem ser do fa Atestado de capacidade técnica é exigido apenas para o LOTE 02.				
	Jaime de Souza Lima Analista de Sistemas I	Fabio Willian Zamoner Analista de Sistemas I			

JUSTIFICATIVA

Os atuais servidores estão em operação desde 2011 e podem apresentar falhas de hardware em virtude do desgaste natural dos componentes.

Os sistemas operacionais dos atuais servidores que atuam como controladores de domínio (principal e espelho) estão na versão Windows Server 2008 R2 Standard e tanto os equipamentos quanto seus sistemas operacionais estão chegando em uma fase crítica de obsolescência e necessitam ser substituídos antes que ocorram falhas que possam paralisar a continuidade de negócio da Autarquia.

O suporte do fabricante do sistema operacional Windows Server 2008 R2 será mantido somente até o dia 14 de janeiro de 2020, após esta data, o ciclo de vida do sistema se encerra e nenhuma atualização de segurança e de recursos opcionais será lançada, colocando a infraestrutura da rede do SAAE em risco.

Jaime de Souza Lima	Fabio Willian Zamoner
Analista de Sistemas I	Analista de Sistemas I

ANEXO III

MODELO DE CARTA PROPOSTA

Aο

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba.

Pregão Eletrônico nº 34/2022 - Processo nº 8933/2019 - SAAE

Oferecemos a esse Órgão os preços a seguir indicados, objetivando o fornecimento de servidores e a instalação e configuração de sistemas operacionais Microsoft® Windows Server 2019 Standard ou superiores em novos equipamentos, em conjunto com a migração dos atuais servidores controladores de domínio (principal e espelho) da versão Microsoft® Windows Server 2008 R2 Standard para novos servidores e configuração de novo cenário do domínio, de acordo com o disposto no edital do certame supra e ordenamentos legais cabíveis:

LOTE							
Item	Qtde.	Unid.	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)			

0	VALOR	OFERTADO	POR	ESTA	EMPRESA	É	DE	R\$	
().				

Declaramos que o ofertado atende todas as especificações exigidas no edital e seus anexos.

Os preços apresentados contemplam todos os custos e despesas diretas e indiretas relacionadas com a integral execução do objeto, como impostos, taxas, tributos, seguro, encargos trabalhistas e previdenciários e outros que porventura possam ocorrer.

Prazo de validade da proposta:

_								
п	24	2	\sim	em		200	1	
ш	au	US.	ua	HIII	L	162	а.	_

Razão social:

CNPJ-MF:

Inscrição Estadual:

Endereço completo:

Telefone/e-mail:

Dados do responsável para assinatura do Contrato:

Nome completo:

Redigido por Priscila Gonçalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SL

PF nº: cargo/função ocupada: elefone: () cata de Nascimento: ndereço Completo: -mail Institucional:	RG nº: CPF nº: Cargo/função ocupada: Telefone: () Data de Nascimento: Endereço Completo: E-mail Institucional: E-mail Alternativo
ados do preposto:	Dados do preposto:
ome completo:	Nome completo:
	RG nº:
	CPF nº:
	Cargo/função ocupada:
	Telefone: ()
	Data de Nascimento: Endereço Completo:
	E-mail Institucional:
	E-mail Alternativo
(local e data)	
(assinatura, nome, cargo, RG do representante legal e carimbo da empresa)	

Obs.: Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa.

MINUTA

CONTRATO Nº

/SLC/2022

> O SERVICO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO do município de Sorocaba, com sede à Avenida Comendador Camilo Júlio, 255 -Jardim Ibiti do Paço – Sorocaba/SP – CEP.: 18086-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 71.480.560.0001/39, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, senhor TIAGO SUCKOW DA SILVA CAMARGO GUIMARÃES, portador da Cédula de Identidade RG nº e CPF nº doravante denominado simplesmente Bairro, na cidade de – CEP.: inscrita no CNPJ-MF sob o nº, representada neste ato, pelo seu(a), senhor(a) portador(a) da Cédula de Identidade RG nº e CPF nº, doravante designada CONTRATADA, têm entre si, justo e contratado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico nº /2022 - Processo Administrativo nº 8933/2019 - SAAE, e as cláusulas a seguir reciprocamente aceitas.

PRIMEIRA – Objeto.

1.1. A CONTRATADA em decorrência da adjudicação que lhe foi feita no Processo Administrativo nº 8933/2019 - SAAE, e por força do presente instrumento, se obriga a executar para o SAAE, o fornecimento, instalação e configuração de sistemas operacionais Microsoft® Windows Server 2019 Standard ou superiores em novos equipamentos, em conjunto com a migração dos atuais servidores controladores de domínio (principal e espelho) da versão Microsoft® Windows Server 2008 R2 Standard para novos servidores e configuração de novo cenário do domínio, destinado a Diretoria, conforme a quantidade estimada, especificação e preço apresentado:

CONTRATO Nº /SLC/2022

LOTE 02						
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
		•••				
	Total Geral (R\$)					

SEGUNDA - Prazo e condições de execução do objeto.

- **2.1.** A **CONTRATADA** é obrigada a entregar e descarregar o objeto no **Centro Operacional** do **SAAE Setor de Tecnologia da Informação,** situado na Avenida Comendador Camilo Júlio, nº 255, Jardim Ibiti do Paço, Sorocaba/SP, das 08h às 15h.
- **2.2.** No prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da assinatura do Contrato, entrega do **cronograma das atividades** de instalação, configuração, migração, treinamento e demais atividades a serem executadas para implantação da solução.
- **2.2.1.** O cronograma de implantação da solução **não poderá se estender por mais de 3 (três) meses**, exceto por motivo de força maior e por conveniência do SAAE.
- 2.2.2. Aprovado o cronograma de atividades, após o recebimento do objeto do Lote 01, será emitida Ordem de Serviço Anexo IX, para início das atividades de implantação, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.
- **2.2.3.** Correrá por conta da **CONTRATADA** todo e qualquer prejuízo causado ao objeto até o momento da entrega.
- **2.2.4.** Os objetos serão considerados recebidos após a conferência e aprovação do fiscalizador do **SAAE**. Constatadas irregularidades nos objetos entregues, o **SAAE**, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:
- 2.2.4.1. Rejeitá-los no todo ou em parte se não corresponderem às especificações do edital e seus anexos, determinando suas adequações que deverão ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, sendo de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas e riscos relativos à substituição.
- **2.3.** Poderão ser tolerados atrasos, motivado por força maior, caso fortuito ou interferências imprevistas que retardem o cumprimento contratual, **desde**

Redigido por Priscila Goncalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SL

que tais eventos sejam devidamente anotados e justificados no processo e acolhidos pela Administração, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas.

- **2.4. Fiscalização:** O **SAAE** designará o(a) senhor(a) do Departamento/Setor de, CPF.:, e-mail: para representá-lo na qualidade de fiscalizador do pedido de compras/contrato. O fiscalizador poderá designar outros funcionários para auxiliá-lo no exercício da fiscalização.
- **2.4.1.** Se houver alteração do fiscalizador, o Setor responsável deverá comunicar o Setor de Licitação e Contratos, que formalizará a alteração por apostilamento.
- **2.5.** Representação da CONTRATADA: Deverá ser mantido um representante, como preposto e responsável pela execução do objeto, que prestará toda a assistência necessária, devendo comparecer ao SAAE sempre que determinado pela fiscalização.
- **2.5.1.** Qualquer ocorrência ou anormalidade, que venha interferir na execução do objeto, deverá ser comunicada ao **SAAE** imediatamente.
- **2.5.2. Subcontratação:** o objeto deste certame não poderá ser subcontratado.

TERCEIRA - Recebimento do objeto.

3.1. LOTE 02:

- **3.1.1.** Recebimento Provisório: provisoriamente, pelo responsável por seu recebimento (no verso da nota fiscal), para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação.
- **3.1.2. Recebimento Definitivo:** definitivamente, pelo responsável por sua fiscalização, após a verificação da qualidade, quantidade o material e consequente aceitação.

QUARTA – Reajuste de preços e pagamentos.

- **4.1.** Os preços serão fixos e irreajustáveis nos termos 2º da Lei Federal 10.192/2001.
- **4.2.** O pagamento será efetuado pelo **SAAE**, conforme estabelecido na Resolução nº 08/2015-**SAAE**, sendo:

Redigido por Priscila Gonçalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SL

- **4.1.1.** Na sexta feira da **primeira semana** subsequente à do ato de conferência e aprovação da nota fiscal/fatura, concluído entre **segunda e terça feira**;
- **4.1.2.** Na sexta feira da **segunda semana** subsequente à do ato de conferência e aprovação da nota fiscal/fatura, concluído entre **quarta e sexta feira**;
- 4.3. A nota fiscal/fatura deverá ser conferida e aprovada pelo Departamento/Setor responsável no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da sua apresentação;
- **4.1.3.** A nota fiscal/fatura, será assinada e datada pelo(s) fiscal(is) e, na sua ausência, a liberação poderá ser realizada pelo chefe da área solicitante:
- **4.1.4.** Se forem constatados erros no documento fiscal, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado, a partir da apresentação do documento corrigido.
- **4.4.** O prazo de pagamento não será superior a **30 (trinta) dias**, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.
- **4.1.5.** Em caso de inobservância quanto ao critério de pagamento, o SAAE suportará a incidência, sobre o valor da nota fiscal eletrônica, da variação do "Índice Geral de Preços de Mercado IGPM", acumulado entre a data da exigibilidade e a data de seu efetivo pagamento.
- **4.1.6.** A **CONTRATADA** não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento, de acordo com o artigo 78, inciso XV, da Lei Federal nº 8.666/93.
- **4.5.** A nota fiscal deverá ser encaminhada ao fiscalizador e para o e-mail contratos@saaesorocaba.sp.gov.br.

QUINTA – Sanções por inadimplemento.

- **5.1.** Pelo inadimplemento de qualquer cláusula ou simples condição do edital contrato e/ou do presente compromisso ou pelo descumprimento parcial ou total do mesmo, as partes ficarão sujeitas às sanções e consequências legais previstas no art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, em especial:
- 5.1.1. Advertência, a critério do SAAE, nos casos de descumprimento das condições de execução pela CONTRATADA, quando não couber as sanções pecuniárias.

Redigido por Priscila Gonçalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SL

- **5.1.2.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta, caso a **CONTRATADA não a mantenha**, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas.
- 5.1.3. O não cumprimento dos prazos estabelecidos para a execução do presente compromisso conforme estabelecido no edital e seus anexos, acarretará à CONTRATADA a multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do(s) item(ns) em desconformidade, por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), ao fim dos quais, se a execução não estiver regularizada, o contratado poderá, a critério do SAAE, ser rescindido;
- **5.1.4.** Multa de 1% (um por cento), **sobre o valor total da nota fiscal eletrônica, por dia de paralisação dos serviços**, sem motivo justificado, até o limite de 10% (dez por cento); ao fim dos quais, se os serviços não forem reiniciados pela **CONTRATADA**, o contrato poderá, a critério do **SAAE**, ser rescindido.
- **5.1.5.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, **se os serviços forem executados por intermédio de terceiros**;
- 5.1.6. Multa de 1% (um por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), **pelo descumprimento a qualquer cláusula**;
- **5.1.7.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de **rescisão contratual** por inadimplência da **CONTRATADA**.
- 5.1.8. A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará IMPEDIDA DE LICITAR E CONTRATAR pelo prazo de até 05 (cinco) anos, com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4 da Lei Federal 10.520/02, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais (Art.7º, Lei Federal 10.520/02).
- **5.2.** A aplicação de qualquer penalidade prevista no presente instrumento não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.
- **5.3.** Os valores de eventuais multas deverão ser descontados primeiramente da garantia oferecida, acaso insuficiente serão descontados dos pagamentos a serem efetuados pelo **SAAE**.

	·
Redigido por Priscila Gonçalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SL

SEXTA – Recurso financeiro.

6.1. A despesa decorrente do presente compromisso será atendida através das dotações orçamentárias alocadas ao SAAE, apontando-se para esse fim, no corrente exercício financeiro, conforme rubrica orçamentária nº 23.02.00 3.3.90.30 17 512 5005 2165 04, 23.02.00 3.3.90.39 17 512 5005 2165 04 e 23.02.00 3.3.90.52 17 512 5005 2165 04.

SÉTIMA – Vinculação ao edital do Pregão Eletrônico nº /2022.

- A execução do presente contrato está vinculada aos 7.1. termos do edital do Pregão Eletrônico nº /2022, seus anexos e à proposta da CONTRATADA apresentada ao Processo Administrativo nº 8933/2019 - SAAE.
- 7.2. Fica a CONTRATADA obrigada a manter durante a vigência do presente contrato, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas por ocasião do processo licitatório, devendo apresentar os documentos habilitatórios sempre que solicitados.
- 7.3. Na hipótese de aditamentos serão solicitados os documentos exigidos por ocasião do certame, sendo:

HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 28 da Lei 7.3.1.

Geral), conforme o caso:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede:

b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

c) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

d) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, OU declaração, sob as penas da Lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, OU pela adesão da empresa ao Regime Especial

Redigido por Priscila Gonçalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SL

Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas ME ou EPP – Simples Nacional (disciplinado no Capítulo IV da Lei Complementar nº 123/06);

e) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

f) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

g) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

7.3.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

7.3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

(art. 29 da Lei Geral):

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame;

c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

c1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive contribuição social, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

c2) Certidão de Regularidade de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda **E** Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Tributários expedidas pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.

c3) Certidão Negativa de Débitos **Mobiliários** ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos **Mobiliários**, expedida pela Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

Redigido por Priscila Gonçalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SL
Neululuo poi Friscila Goricalves de Foledo F. Leite – Chele DA	DAGE

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da certidão negativa (CNDT-EN).

f) A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito da assinatura do pedido de compra originado da Ata de Registro de Preço ou do Aditamento. No entanto, toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal deve ser apresentada, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

f1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

f2) A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, **implicará na preclusão do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

f3) A participação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei

7.3.3. <u>QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO -</u> <u>FINANCEIRA</u> (art. 31 da Lei Geral):

a) Fazer prova de possuir capital social registrado <u>ou</u> patrimônio líquido não inferior a 8% (oito por cento) do valor total registrado, comprovado através da apresentação da cópia do Certificado de Registro Cadastral, Contrato Social ou alteração contratual devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou apresentação do balanço.

a1) Se a opção da licitante for pela comprovação do patrimônio líquido deverá ser apresentado o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por

	·
Redigido por Priscila Gonçalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SL

balancetes	ou	balanços	proviso	órios,	podendo	ser	atualizados	por	índices	oficiais	quando
encerrados	há	mais de 0	3 (três)	mese	es da data	a da	apresentaçã	o da	propost	a.	

a1.1) O balanço patrimonial e demonstrações contábeis serão aceitos, na forma da Lei, quando apresentados por meio de:
 Publicação em Diário Oficial;

 Cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.

- Comprovação por Sped.

Publicação em Jornal; ou

b) Certidão Negativa de Falência, insolvência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da licitante pessoa jurídica ou empresário individual.

b1) Nos casos de Recuperação Judicial e Extrajudicial, serão aceitas certidões positivas, com demonstração do plano de recuperação, já homologado pelo juízo competente em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira.

7.3.4. <u>DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:</u>

a) Declaração de que não existem no quadro de funcionários da empresa, menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou ainda, empregado com idade inferior a 16 (dezesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme **Anexo V** do edital.

b) Certificado ou declaração de que a licitante é uma parceira oficial da Microsoft, demostrando ser revendedor autorizado LSP – Large Solution Partner ou GPP – Government Partner, e está apta para fornecimento de licenças para Governo, sendo autorizada a comercializar os contratos de licenciamento por volume Select Plus, com o prazo de validade expresso e válido.

7.3.5. <u>Será verificado o eventual descumprimento</u> das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

Redigido por Priscila Goncalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SL

				a) Cada	astro Nacional de Emp	resas	Inidôneas
е	Suspensas	-	CEIS,	mantido	pela	Controladoria-Geral	da	União
(wwv	v.portaldatrans	pare	ncia.gov.	br/sancoes/co	eis);			

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Apenados, mantida pelo Tribunal do Estado de São Paulo (https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apenados);

7.3.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992 e Lei Municipal nº 10.128 de 2012, regulamentada pelos Decretos Municipais nº 20.786 de 2013 e nº 20.903 de 2013, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.3.7. Comprovação dos poderes de representação através da apresentação de procuração que designe expressamente seu representante para assinatura de declarações, carta proposta e demais atos pertinentes ao presente compromisso.

7.3.8. Na hipótese de não constar prazo de validade das certidões apresentadas, este SAAE aceitará como válidas as expedidas até **180 (cento e oitenta) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação dos envelopes.

OITAVA - valor total do contrato.

NONA – vigência contratual

10.1. A vigência será de **06 (seis) meses**, ambos contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado a critério das partes, nos limites legais permitidos no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.1.1. O contrato poderá, a qualquer tempo, ser alterado, com as devidas justificativas, respeitados os limites legais.

DÉCIMA - rescisão contratual.

Redigido por Priscila Goncalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SI

- **10.1.** Em caso de rescisão, a **CONTRATADA** reconhece integralmente os direitos do **SAAE** previstos no Artigo 77 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de indenização por perdas e danos que a rescisão possa acarretar.
- **10.2.** A critério da Administração, o contrato poderá ser rescindido se ocorrer qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, da Lei nº 8.666/93.
- **10.3.** Os casos de rescisão, se eventualmente ocorrerem, serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

DÉCIMA PRIMEIRA - legislação aplicável.

10.1. O presente contrato será regido pelas disposições da Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, pelo Decreto Municipal nº 14.575 de 05/09/2005, Decreto Municipal nº 14.576 de 05/09/2005 e Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07/08/2014, Resolução nº 08/2015, o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor, sendo que as partes elegem o Foro de Sorocaba/SP para dirimir qualquer questão relativa ao presente contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.2. E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma e na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo viram e assistiram, para fins e efeitos legais.

		02	
temunhas:	(CONTRATAD	A
		Fiscalizador	
SE	RVIÇO AUTÔNOMO I	DE ÁGUA E E	SGOTO DE SOROCABA
,	Tiago Suckow da Silva	a Camargo Gu	imarães - Diretor Geral
SE	RVIÇO AUTÔNOMO I	DE ÁGUA E E	SGOTO DE SOROCABA
	,		
	Sorocaba,	de	de 2022.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA **EMPRESA** Decreto 4.358, de 05.09.2002

EMPREGADOR: PESSOA JURÍDICA

Pregão Eletrônico nº 34/2022 - Processo nº 8933/2019 - SAAE., inscrita no CNPJ no, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (). (data)

(assinatura do responsável ou representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

OBS.: Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO

Nome:			CPF:	
Telefone:		e-r	nail:	
2. Declaração:				
Município, e no artigo pelo Decreto Munic	o 1º da Lei Munio cipal 20.786 de 3 de 11 de de	cipal nº 10.12 25 de sete	antes no artigo 73-A, da Lei 8, de 30 de Maio de 2012, re mbro de 2013 e alterado 2013, onde estabelecem a	gulamentada pelo Decreto
() não incorro em n	enhuma das hipć	teses de ine	egibilidade previstas no refer	ido artigo.
() incorro nas hipót	eses de inelegibi	ilidade previs	tas no referido artigo.	
inciso(s) do	o referido artigo e	e, por essa ra	ese(s) de inelegibilidade pre izão, apresento os document cessários à verificação das	tos, certidões
	osto de 1983, e i	no artigo 299	ecial aquelas previstas na L do Código Penal (Falsidado ss.	
	Sorocaba,	de	de 2022.	
RAZÃO SOCIAL Nome – Cargo RG	- do ou			-ll-

OBS.: Este documento deverá ser assinado quando da assinatura do contrato

DA/SL ___

ANEXO VII

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba.

CONTRATADO:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): /SLC/2022

OBJETO: Aquisição de servidores e a contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação e configuração de sistemas operacionais Microsoft® Windows Server 2019 Standard ou superiores em novos equipamentos, em conjunto com a migração dos atuais servidores controladores de domínio (principal e espelho) da versão Microsoft® Windows Server 2008 R2 Standard para novos servidores e configuração de novo cenário do domínio.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Sorocaba, de 2022 de

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Tiago Suckow da Silva Camargo Guimarães

Cargo: Diretor Geral

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Tiago Suckow da Silva Camargo Guimarães Cargo: Diretor Geral CPF:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: Tiago Suckow da Silva Camargo Guimarães

Cargo: Diretor Geral

CPF:

Pela CONTRATADA:

Nome: Cargo: CPF:

ORDENADOR DE DESPESA DA CONTRATANTE:

Nome: Tiago Suckow da Silva Camargo Guimarães

Cargo: Diretor Geral

CPF:

OBS.: Este documento deverá ser assinado quando da assinatura do contrato e seus respectivos aditamentos

ANEXO VIII

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

CONTRATANTE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba.
CNPJ Nº: 71.480.560/0001-39
CONTRATADA:
CNPJ Nº:
CONTRATO N° (DE ORIGEM): nº /SLC/2022.
DATA DA ASSINATURA: / /2022
VIGÊNCIA:
OBJETO: Aquisição de servidores e a contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação e configuração de sistemas operacionais Microsoft@ Windows Server 2019 Standard ou superiores em novos equipamentos, en conjunto com a migração dos atuais servidores controladores de domínio (principal e espelho) da versão Microsoft® Windows Server 2008 R2 Standard para novos servidores e configuração de novo cenário do domínio.
VALOR (R\$): R\$ ().
Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Le que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se ne respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contado Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.
Sorocaba, de de 2022.
Tiago Suckow da Silva Camargo Guimarães Diretor Geral

OBS.: Este documento deverá ser assinado quando da assinatura do contrato.

tiagosuckow@saaesorocaba.sp.gov.br

tiago.scguimaraes@gmail.com

Redigido por Priscila Goncalves de Toledo P. Leite – Chefe DA	DA/SL

À		
	(nome da Contratada)	
	ORDEM DE SERVIÇO	
Pregão Eletrônico nº 34/2022 - Processo nº 8933/2019 - SAAE.		
Objeto:	Aquisição de servidores e a contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação e configuração de sistemas operacionais Microsoft® Windows Server 2019 Standard ou superiores em novos equipamentos, em conjunto com a migração dos atuais servidores controladores de domínio (principal e espelho) da versão Microsoft® Windows Server 2008 R2 Standard para novos servidores e configuração de novo cenário do domínio.	
	Data para início dos serviços://	
SERVIÇO A SER REALIZADO		
Respons	sável da Empresa:	
Telefone	para contato:	
Responsável do SAAE pela fiscalização:		
Telefone	para contato:	
	Sorocaba, de de 2022.	
DEPARTAMENTO/SETOR OBS.: Este documento deverá ser preenchido pelo SAAE, após a assinatura do contrato.		